



# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2

Aline Ferreira Antunes  
(Organizadora)



# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2

Aline Ferreira Antunes  
(Organizadora)

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em  
história 2

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
Giovanna Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Aline Ferreira Antunes

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 2 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-907-3

DOI 10.22533/at.ed.073211903

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

O livro *Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História 2* está dividido em três volumes. Todos os capítulos tratam de temas relacionados à história do Brasil e ou geral.

Organizado em grandes temáticas, as obras trazem discussões sobre história, gênero e sexualidade; ensino de história em todos os níveis (educação infantil, educação básica e ensino superior); pesquisas historiográficas; capítulos sobre lutas pela terra no Brasil; estudos sobre gastronomia (brasileira e árabe); cinema; economia; imprensa; raça; memória; narrativas pessoais e estudos de personalidades; tecnologia; história e ciência, dentre outras temáticas.

Em suma a obra é uma grande possibilidade de descobrir o que se tem de novo e de velho na História, ou seja, os mais diversos trabalhos e temas pesquisados na historiografia.

No volume I encontramos artigos sobre o século XIX e XX no Brasil a respeito do nacionalismo, a construção da sociedade imperial e pensar a identidade nacional a partir de processos migratórios.

Além disto, capítulos dedicados a estudos com fontes de atas de conselhos em Sergipe, problematizações sobre o tráfico africano, fontes cinematográficas, testamentos e até mesmo fontes utilizadas para compreender o reinado de Ramessés III no Egito.

Por fim o primeiro volume se encerra com dois artigos sobre a Idade Medieval, um tratando de Beowulf e outro da Cocanha.

Já no volume II as temáticas mais amplas abarcam pesquisas sobre ensino de história, alguns trabalhos sobre história geral e também gastronomia. Iniciando com trabalhos sobre o PIBID e práticas avaliativas, o segundo volume traz capítulos que versam sobre a construção do processo ensino aprendizagem em História, refletindo sobre os desafios e algumas perspectivas. Além disto, um capítulo sobre a BNCC, atual e articulado às discussões presentes partindo da realidade posta na rede pública.

Em um segundo momento, o volume II traz amplas contribuições a respeito do ensino sobre a África em sala de aula bem como questões étnico-raciais e narrativas em disputa.

Seguindo o modelo do primeiro volume, este se encerra trazendo capítulos que versam sobre as mais diversas fontes de pesquisa em História, como arquivos públicos, periódicos, imprensa, literatura,

O livro termina com algumas reflexões a respeito da história da ciência e pesquisas sobre gastronomia.

O volume III dedica-se a reflexões sobre gênero em sala de aula, representações do feminino, o retrato da mulher na sociedade colonial brasileira, a insubmissão feminina e discursos contra hegemônicos e a sexualidade indígena. Este último capítulo faz a ponte com o tema seguinte: disputas sobre a terra no Brasil e na América do Sul.

Em seguida você encontra capítulos sobre religiosidade, sobre a arte de curar, história e memória e história oral. O livro encerra com artigos sobre a Ditadura civil militar no Brasil (1964-1985) e uma discussão sobre a esquerda brasileira.

Em suma, você tem em mãos três obras organizadas sobre os mais diversos campos, aspectos e áreas da historiografia brasileira e mundial. Aqui você encontrará capítulos que poderão contribuir para enlanguescer as pesquisas em História e também a partilha de experiências docentes nos mais diversos níveis de educação.

Espero que encontre nas leituras dos capítulos embasamento teórico metodológicos, amparo nas pesquisas e que esses capítulos contribuam para enriquecer o campo de ensino e pesquisa em História.

Agora que a profissão historiadora/historiador é regulamentada, precisamos investir ainda mais em pesquisas e divulgação destas pesquisas. Neste sentido a Atena Editora se compromete a dar visibilidade aos mais diversos temas que compõem esta obra dividida em três volumes.

Boa leitura!  
Aline Ferreira Antunes

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
PROFISSÃO CONTÁBIL E PODERES PÚBLICOS: CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO E PROFISSIONALIZAÇÃO (1914-1926)	
Adelino Martins	
DOI 10.22533/at.ed.0732119031	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
INDÚSTRIA, TERRITÓRIO E CULTURA: UM ESTUDO DE CASO DO EMPRESARIADO NIPO-BRASILEIRO	
Adriano Amaro de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.0732119032	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
VINCULAÇÕES ENTRE ESTADOS E NACIONALISMO, E SEUS CONCEITOS NOS SÉCULOS XIX E XX	
Rafael Bassinello Paes de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.0732119033	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>39</b>
“EXCELLENTÍSSIMO CONSELHO”: ECONOMIA E SOCIEDADE EM SERGIPE DEL REY NAS ATAS DO CONSELHO DE GOVERNO DA PROVÍNCIA (1824-1831)	
Damilis Silveira Viana	
DOI 10.22533/at.ed.0732119034	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
O FENÔMENO DO TRÁFICO E PROIBIÇÃO DE ENTORPECENTES NO BRASIL DE 1890 A 2020	
Steven Adrian dos Santos	
João Victor Mendes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0732119035	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>56</b>
“INFLUÊNCIAS POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICA, ABSORVIDAS DURANTE O PENSAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA OPÇÃO BRASILEIRA E IMPERIALISTA”	
Luis Claudio Reginato Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.0732119036	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>62</b>
ALTERIDADE E RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS	
Natalia Fioravanso Vieira Brizola	
DOI 10.22533/at.ed.0732119037	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>73</b>
ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO CANADENSE NA REDE INTELECTUAL INDIGENISTA TECIDA EM TORNO DA REVISTA <i>AMÉRICA INDÍGENA</i>	

(1942-1960)

Natally Vieira Dias

**DOI 10.22533/at.ed.0732119038**

**CAPÍTULO 9..... 81**

A CONFORMAÇÃO DA ESCASSEZ DE ÁGUA NA BACIA DO RIO SANTA MARIA, MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Paulo José da Fonseca Pires

Elaine Prochnow Pires

**DOI 10.22533/at.ed.0732119039**

**CAPÍTULO 10..... 95**

NOTAS SOBRE O CINEMA BRASILEIRO DA “HEGEMONIA NEOLIBERAL” - 1992-2015

Peterson Soares Pessôa

**DOI 10.22533/at.ed.07321190310**

**CAPÍTULO 11 ..... 106**

“DAVID GRIFFITH’S MASTERPIECE” E OS AFRO-AMERICANOS: UMA ANÁLISE ACERCA DA RECEPÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NORTE-AMERICANA DA OBRA CINEMATOGRAFICA ‘O NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO’

Carlos Vinícius da Silva

Larieli Ceron de Lima

Marcos Alves de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.07321190311**

**CAPÍTULO 12..... 116**

COMPREENDENDO O REINADO DE RAMESSÉS III PARA ALÉM DE MEDINET HABU: BREVE ANÁLISE DE TRÊS DOCUMENTOS ESSENCIAIS

Arthur Rodrigues Fabrício

**DOI 10.22533/at.ed.07321190312**

**CAPÍTULO 13..... 134**

A QUESTÃO DA EXPLICAÇÃO EM HISTÓRIA: A CRÍTICA DE WILLIAM DRAY AO MODELO NOMOLÓGICO-DEDUTIVO DE CARL HEMPEL

Jacquelyn da Silva Souza

Sara Albieri

**DOI 10.22533/at.ed.07321190313**

**CAPÍTULO 14..... 141**

A HISTÓRIA SERIAL NOS ESTUDOS SOBRE A MORTE: REFLEXÕES ACERCA DOS TESTAMENTOS PAULISTAS (1592-1639)

Victor Mauric

**DOI 10.22533/at.ed.07321190314**

**CAPÍTULO 15..... 149**

UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A PRESENÇA LUSITANA NO LESTE ASIÁTICO DO SÉCULO XVI

Marcus da Silva Dorneles

DOI 10.22533/at.ed.07321190315

**CAPÍTULO 16..... 157**

MAPEANDO O UNIVERSO DE BEOWULF: CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO E GÊNERO LITERÁRIO

Vinicius Tivo Soares

Jaime Estevão dos Reis

Giovanni Bruno Alves

DOI 10.22533/at.ed.07321190316

**CAPÍTULO 17..... 168**

A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA: REPRESENTAÇÕES DO IMAGINÁRIO MEDIEVAL

Aline Ferreira Antunes

Flávia Cristina Paniago

DOI 10.22533/at.ed.07321190317

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 182**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 183**

# CAPÍTULO 4

## “EXCELLENTÍSSIMO CONSELHO”: ECONOMIA E SOCIEDADE EM SERGIPE DEL REY NAS ATAS DO CONSELHO DE GOVERNO DA PROVÍNCIA (1824-1831)

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 04/12/2020

**Damilis Silveira Viana**

Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe  
Aracaju/SE  
<http://lattes.cnpq.br/2623168589065724>

**RESUMO:** No presente estudo pretende-se identificar de que forma a elite local da província, através de sua participação no Conselho de Governo da Província de Sergipe entre os anos de 1824 a 1831, enfrentou as questões de ordem econômica e encaminhou a resolução destas no Primeiro Reinado. A metodologia adotada foi a análise documental das atas de reuniões do Conselho, juntamente com uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Em termos de referenciais teóricos, a pesquisa foi conduzida sobre o olhar da Nova História Política e suas implicações na historiografia. Concluindo-se a pesquisa proposta, espera-se contribuir para o esclarecimento do processo de formação do Brasil, enquanto Estado-Nação, sob o viés das questões econômicas regionais, na Província de Sergipe Del Rey, perante os percalços do estabelecimento de uma nova conjuntura política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conselho de Governo da Província, Brasil Império, Sergipe Del Rey.

“EXCELLENTÍSSIMO CONSELHO”:  
ECONOMY AND SOCIETY IN *SERGIPE DEL REY* IN THE MINUTES FROM  
CONSELHO DE GOVERNO DA  
PROVÍNCIA (1824-1831)

**ABSTRACT:** The present study intends to identify how the local elite of the province, through their participation in the Conselho de Governo da Província de Sergipe between the years 1824 to 1831, dealt with economic issues and led to their resolution in the Primeiro Reinado. The adopted methodology was the documentary analysis of the minutes of the Council meetings, together with a bibliographic research on the theme. In terms of theoretical references, the research will be conducted on the perspective of New Political History and its implications for historiography. Concluding the proposed research, it is expected to contribute to the clarification of the formation process of Brazil, as a Nation-State, under the bias of regional economic issues, in the Província de Sergipe Del Rey, in face of the obstacles of the establishment of a new conjuncture politics.

**KEYWORDS:** Conselho de Governo da Província, Brasil Império, Sergipe Del Rey.

### INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto de uma pesquisa que resultou em Trabalho de Conclusão de Curso, na qual se utiliza as atas das Sessões do Conselho de Governo da Província – também chamado de Conselho da Presidência da Província- entre os anos de 1824 e 1831, com o intuito de analisar o processo de formação do



Brasil enquanto Estado-Nação, sob o viés do tratamento dado às questões econômicas locais na província de Sergipe Del Rey. O universo documental deste trabalho é constituído de 66 atas, que vão do ano de 1824 a 1831, compreendendo o período de instalação do Conselho de Presidência da Província até meses antes da Abdicação do trono, por parte de D. Pedro I. Tal seleção é justificada na medida em que, a partir do momento que D. Pedro I deixa de ser Imperador e a Regência Trina Provisória assume- em nome de D. Pedro II, toda a organização do Poder no Brasil é modificado.

Apesar do recorte temático e temporal bem delimitados- Conselho de Província de Sergipe Del Rey entre os anos de 1824 e 1831, para obter uma visão mais ampla de todo o processo de organização e montagem da máquina administrativa imperial faz-se necessário retroceder alguns anos. Pode-se dizer que tal processo derivou, em maior ou menor instância, dos desdobramentos políticos após a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Dentre estes foi a Revolução do Porto ou Vintista, em 1820, o gatilho para a separação entre Portugal e a América Portuguesa, que se constitui como o início do processo de formação do Império do Brasil. Este movimento é caracterizado como uma revolução liberal e constitucionalista tendo como objetivo a ‘regeneração política’ através da derrocada do Antigo Regime em substituição pelas práticas liberais.

Em 1815, com a elevação da América Portuguesa à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, os ânimos dos portugueses residentes no Brasil e em sua metrópole de origem, foram acirrados, aprofundando as diferenças entre os dois lados do Atlântico. Os portugueses não mais possuíam *status* de dominador, a partir desse momento, eram iguais aos antigos colonos. Para um povo ainda dominado pela mentalidade do Antigo Regime, tal equiparação era, antes de tudo, indesejada. Essa sucessão de fatos deixou vários setores da sociedade portuguesa indignados a tal ponto, que alguns traços do Antigo Regime se tornaram indesejados, ao mesmo tempo em que alguns ideais liberais foram cobiçados.

Esses ideais faziam parte da corrente do Liberalismo, muito conhecida pelos intelectuais daquela época, cuja definição é complexa, variada e abrangente. Contudo, para melhor compreensão do presente estudo, faz-se necessário uma conceituação geral, para isso adota-se o enunciado elaborado por René Rémond, que segundo este “O liberalismo é também uma filosofia política inteiramente orientada para a idéia de liberdade, de acordo com a qual a sociedade política deve basear-se na liberdade e encontrar sua justificativa na consagração da mesma. ”. (2002, p.16.).

No século XIX, o Império Português passou por diversas mudanças e estas abriram caminho para que o liberalismo se infiltrasse nos discursos políticos da época. Apesar da adoção de ideias liberais, deve-se relativizar o grau de radicalização destas, pois dentre os portugueses, da Metrópole ou da Colônia, muito do ideário do Antigo Regime resistia. O liberalismo vai ser utilizado de forma relativa e para atingir determinados objetivos, contudo, não se buscava a liberdade plena e total. É dentro dessa conjuntura que, em

agosto de 1820, foi então declarada a Revolução Vintista. Na Colônia portuguesa a adesão ao Movimento de 1820 dentre as províncias foi variada, gerando diversas consequências. Dentre elas, a Independência do Brasil em relação à Portugal, que, como foi afirmado anteriormente, foi o fato histórico que desencadeou toda a montagem administrativa do Império do Brasil, seguida pela aclamação de D. Pedro à Imperador.

Após a aclamação de D. Pedro I à Imperador do Brasil, em 12 de outubro de 1822, algumas questões precisavam ser definidas: qual seria o modelo de governo adotado, quais órgãos e instituições- com respectivos cargos e funções- seriam criados, como se dividiria o poder político, quais mecanismos de representação do poder local seriam implantados, dentre outras. Para solucionar tais questões, em 03 de maio de 1823 entrou em funcionamento a Assembleia Nacional Constituinte, que deveria propor e escolher o melhor projeto de governo, de acordo com as conjunturas políticas, sociais e econômicas da época, gerando uma Constituição.

Neste momento em particular, dois grupos políticos atuavam no cenário brasileiro: os “coimbrãos” e os “brasilienses”. O primeiro almejava o poder centralizado, com inspiração nos ideais monárquicos do Antigo Regime, mantendo os privilégios que a classe alta obteve no período colonial, sem defender qualquer alteração estrutural na ordem social e política em vigência. O segundo grupo defendia medidas inspiradas no Liberalismo, tal qual pregava a Revolução do Porto, dentre elas, estava uma constituição forte que delimitasse o poder do Imperador.

D. Pedro I, apesar de sua posição enquanto monarca, negociou com os dois grupos para definir seu projeto de governo. Entretanto, o rumo que a Assembleia Constituinte de 1823 tomou, foi o de um posicionamento mais liberal que conservador, como o Imperador precisava, portanto, este a dissolveu e organizou uma Comissão para reestruturar o projeto de Constituição a partir de seus desejos. O resultado desse processo foi a outorga da Constituição de 1824, que apesar de não diferir completamente do Projeto de 1823, define fortes mecanismos de centralização do poder, nas mãos do Imperador.

No Projeto de Constituição elaborado na Constituinte de 1823, o poder seria dividido em três instâncias – como pregava os preceitos liberais: Poder Legislativo, Poder Judiciário e Poder Executivo. Já na Constituição de 1824, as modificações principais foram realizadas nas atribuições do Legislativo, subjugando-o ao Executivo e a inclusão do Poder Moderador. Dessa forma, D. Pedro exerceria seu poder através dos dois últimos e ainda, teria poder de veto no Legislativo. Tais determinações deixavam explícitas as intenções centralizadoras que tanto temiam os liberais de tendência mais radical. Grandes modificações foram feitas ainda, nos artigos que tratavam da legislação eleitoral, reduzindo mais o contingente populacional que teria direito ao voto censitário. A partir dessa limitação, pode-se traçar um perfil do eleitor brasileiro, pois este formaria um contingente diminuto e elitista, com renda alta e, em sua maioria, seriam adeptos das políticas centralizadoras que ganharam espaço com a Constituição.

O resultado de todo esse processo foi a outorga de uma Constituição que respondia às necessidades de um grupo pequeno, mas que era majoritário na política e na economia, pois era constituído “dos mais opulentos proprietários de terra e de escravos, ligados à produção dos principais produtos de exportação, ao grande comércio e à burocracia do Estado” (Lyra, 2000, p. 40).

## O PAPEL DAS PROVÍNCIAS NA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO

Quanto ao governo das províncias, na Constituinte de 1823 o assunto fora muito discutido e apesar dos longos debates,

o Projeto desenhava uma forma muito genérica. Propunha que se tomassem as comarcas, subdivididas em distritos e freguesias, com a designação de um presidente, um “subpresidente” e um “conselho presidial eletivo” para cada localidade. Neles residiriam todo o governo econômico e municipal por meio de um “administrador e executor” alcunhado “decurião” (nome inspirado no cargo administrativo existente na Roma antiga). (SLEMIAN, 2006, p. 124 a 125)

Já na Constituição de 1824, o Conselho atribuiu às Províncias o papel de representação local, e estas seriam governadas por um Presidente, auxiliado pelo Conselho Geral de Província -de caráter consultivo, ou seja, não podendo elaborar leis. Contudo, o panorama se tornava confuso e complexo, na medida em que em 20 de outubro de 1823 tinha sido determinado por Lei, o fim das juntas governativas vinculadas à Lisboa e sua substituição pelo Conselho de Presidência de Província ou Conselho de Governo de Província. Porém, com a Constituição de 1824 estes órgãos não foram dissolvidos, mas sim, houve o acréscimo de outro órgão: o Conselho Geral da Província, que só iria ser implantado efetivamente após a Lei de 27 de agosto de 1829.

Cabia ao Presidente e ao Conselho de Presidência de Província<sup>1</sup> a função executiva, gerindo a região, aplicando as leis, mas também, como afirma Andrea Slemian, “não impedia que entre as atribuições do primeiro estivesse a proposição de medidas para melhoramento público.” (2006, p. 205). Quanto ao Conselho Geral de Província<sup>2</sup> caberia a proposição de projetos a respeito das necessidades apresentadas por cada província. Seus representantes se reuniam anualmente, durante dois meses, e, se fosse necessário, por mais um mês. A implementação conjunta dessas instituições gerou certa desorientação nos membros do governo, pois, segundo Andréa Slemian, “pelo fato do Conselho de Presidência ser entendido numa concepção de administração que delegava aos protagonistas do Executivo um grande poder de ação, não era incomum que suas jurisdições se misturassem.” (2006, p. 205). Além desse fato, ainda havia o de que o conselho supracitado teve origem numa

1. Órgão criado a partir da Lei de 20 de outubro de 1823, como *locus* de representação local.

2. Criado pela Constituição de 1824, como órgão consultivo.

lei provisória e no texto da Carta de 1824 não havia instruções para sua continuidade ou extinção.

Salienta-se que apesar da instalação da Presidência, do Conselho Geral e também do Conselho de Governo de Presidência, a complexa trama de relacionamentos entre as elites locais nunca deixou de ocorrer, cabendo espaço para a busca constante de beneficiamento particular. Há também a ressalva de que, apesar de estes órgãos serem intermediários entre o ‘povo’ e o governo imperial, havia outras formas de representação, pois “O que a ação dos Conselhos procurava era o fortalecimento da esfera provincial como espaço “constitucional” de “apontamento” das necessidades locais e de “observância” da execução das leis.” (SLEMIAN, 2006, p. 222).

Diante da grandeza territorial do Império recentemente originado e, principalmente, levando-se em conta a complexa união dos preceitos constitucionalistas e liberais juntamente com as tradições políticas do Antigo Regime; a real implantação e funcionamento da Presidência e dos Conselhos Geral e de Governo só podem ser observados fielmente, a partir da realidade de cada região, pois “Até que ponto isso foi bem sucedido só é possível inferir avaliando o impacto de tal ação em cada uma das localidades.” (SLEMIAN, 2006, p. 222).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CASO DA PROVÍNCIA DE SERGIPE DEL REY**

Em Sergipe Del Rey, a Presidência e o Conselho de Governo entraram em funcionamento com a Sessão Ordinária de 1824, porém, o Conselho Geral de Província entrou em vigor somente em 01 de dezembro de 1829<sup>3</sup>.

A partir da análise documental das atas, pode-se perceber que as principais necessidades econômicas da Província de Sergipe Del Rey eram as ligadas à infraestrutura e às parcas rendas no cofre da Fazenda Pública. As Câmaras Municipais, órgãos responsáveis pela manutenção das vias públicas, raramente cumpriam com sua obrigação, deixando a desejar sobre o estado de conservação das estradas, das pontes, fontes públicas e limpeza das ruas. Como pode ser exemplificado através da Ata XXXI, de 11 de dezembro de 1826, em que o Conselho coloca a responsabilidade de tais tarefas nas mãos dos Capitães-mores da Província, contudo “ser-lhe-hião fornecidos ela Fazenda Publica Provincial os artigos indispensáveis”<sup>4</sup>.

Contrastando com tais afirmações, os Conselheiros queixavam-se constantemente da falta de fundos nos cofres públicos, impedindo-os de realizar obras necessárias ou manter o pagamento correto dos funcionários. Esse esvaziamento das rendas provinciais derivava de diversos motivos, sendo assunto discutido constantemente nas reuniões do Conselho. Uma das razões, pode-se dizer que derivava da falta de estrutura portuária,

3. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº08, Vol. IV, de 1919, p. 01 a 176.

4. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº05, Vol. II, fascículos 3 e 4, 1916, p. 347.

causando diversos problemas, dentre eles, a continuidade da dependência da Província de Sergipe em relação à da Bahia, visto que era por esta última que todos os produtos produzidos pela primeira escoavam. A dinâmica desta dependência causava outros transtornos, como a cobrança de taxas alfandegárias que diminuía ainda mais as rendas pertencentes aos comerciantes sergipanos.

Além de tais assuntos recorrentes, existiram alguns que chamam atenção por seu conteúdo peculiar. Como é o caso das atas XLVII e XLIX, do dia 01 e do dia 15 de junho de, respectivamente, em que foi discutido o projeto para a redefinição dos limites entre a Província de Sergipe e Bahia. A divisão territorial deveria se estabelecer pelo Rio Itapicuru e não pelo Rio Real como acontecia, anexando ao território sergipano, as Vilas de Abadia, Itapicuru e o Julgado de Jeremoabo, esta mudança era justificada pelos seguintes fatos: O rio Itapicuru é caudal e perene, já o rio Real costumava secar em épocas de calor intenso, abrindo um espaço entre os dois rios, servindo de refúgio para criminosos, que não podiam ser apreendidos pela justiça de Sergipe, pois o território não lhes pertenciam e nem pela justiça da Bahia, pois o alcance desta se estendia para as zonas próximas a Salvador.

Pode-se considerar que o Conselho de Governo da Província de Sergipe Del Rey, juntamente com seu Presidente, se articulava de formas diversas para solucionar os muitos problemas apresentados, muitas vezes incumbindo pessoas de diferentes cargos, numa tentativa de estender sua esfera de atuação ao máximo que era possível. Na busca pela resolução de praticamente todas as questões descritas nas atas, os Conselheiros sempre resolviam por enviar as informações ao Imperador e esperar por sua decisão. Raros eram os problemas efetivamente resolvidos sem passar pelo crivo imperial, pois mesmo se tratando de ocasiões emergenciais, após tomada uma decisão, informava-se ao Imperador sobre o ocorrido e este poderia voltar atrás ou aceitar as decisões tomadas anteriormente.

## REFERÊNCIAS

**Atas do Conselho de Governo da Província.** De 1824 a 1831. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju.

**Coleção Leis do Império do Brasil:** 1808-1830. Disponível em: [www2.camara.gov.br](http://www2.camara.gov.br). Acessado em 04/11/2015.

**Constituição do Brasil.** 1824. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acessado em 04/11/2015.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente.** Petrópolis: Vozes, 1984.

ANTÔNIO, Edna Maria Matos. **O constitucionalismo luso-brasileiro na cultura política da Independência: a Capitania de Sergipe.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 44, vol. 01 Dossiê "História e Culturas políticas", p. 107-125, 2014.

\_\_\_\_. **A Independência do Solo que Habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império. Sergipe (1750-1831)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

DINIZ, Diana Maria de Faro (Coord.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju, UFS/Banese, 1991.

FERNADES, Renata Silva. **O Conselho da Presidência e o Conselho Geral de Província “Na Letra da lei” (1823-1828)**. Monografia de bacharelado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes e Governo do Estado de Sergipe, 1977.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial-Volume II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LIMA JÚNIOR, Francisco Antônio de Carvalho. Memória sobre o Poder Legislativo em Sergipe (1824-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº08, Vol. IV, de 1919, p. 01 a 176.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **O Império em Construção: Primeiro Reinado e Regências**. Coleção Discutindo a História do Brasil. São Paulo: Atual, 2000.

MACHADO, Humberto Fernandes; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.

MOTT, Luiz. **Sergipe d’El Rey - População, Economia e Sociedade**. Aracaju, FUNDESC, 1986

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**. Rio de Janeiro: editora Cátedra/MEC, 1978.

RÉMOND, René. **O Século XIX: 1815-1914**. 8ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SODRE, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia: 1998.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alteridade 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72

### B

Beowulf 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167

### C

Cinema 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115

Cocanha 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

### E

Economia 12, 14, 15, 20, 39, 42, 44, 45, 56, 57, 59, 60, 84, 86, 92, 96, 97, 104, 105, 169, 172, 173

Egito 116, 117, 121, 123, 126, 127, 128, 130, 131, 132

Entorpecentes 46, 48, 49, 53

Escassez de Água 81, 90

### G

Governo da Província 39, 44

### H

Hegemonia Neoliberal 95

História 1, 10, 12, 14, 28, 37, 39, 44, 45, 53, 56, 62, 71, 79, 81, 82, 93, 103, 106, 114, 115, 116, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 147, 148, 149, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 167, 168, 180, 182

História Ambiental 81, 82, 93

História Serial 141, 142

### I

Idade Média 157, 168, 169, 172, 173, 175, 180, 181

Identidade Nacional 51, 80, 142

Imperialista 33, 56, 57, 61

Indígenas 74, 77, 78, 79, 84

### M

Migração 14, 27, 90, 95, 108, 110, 114

Modelo Nomológico-Dedutivo 134, 137, 138, 139

Morte 75, 117, 124, 125, 126, 128, 131, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 158, 159

## **N**

Nacionalismo 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 61, 142

## **P**



Presença Lusitana 149, 150, 151

## **T**

Testamentos 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Tráfico 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2